

# diálogos

## no espaço democrático



**COMO SURGIRAM  
E CRESCERAM**

**AS MILÍCIAS**

**DO RIO DE JANEIRO**

Conversa com  
**RAFAEL SOARES**  
Repórter especial do  
jornal O Globo, autor do  
livro "Milicianos"





**diálogos no espaço democrático** são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD



Para assistir ao vídeo, aponte a câmera do celular para este código

## COMO AGENTES FORMADOS PARA COMBATER O CRIME PASSARAM A MATAR A SERVIÇO DELE

O Estado tem grande responsabilidade pelo fato de policiais civis e militares abandonarem a farda e o combate ao crime para se juntarem a ele, como acontece com as milícias do Rio de Janeiro. O entendimento é do jornalista Rafael Soares, autor do livro *Milicianos: Como agentes formados para combater o crime passaram a matar a serviço dele* (Editora Objetiva, 320 páginas)

Repórter especial de O Globo, onde atua há quase 11 anos sempre cobrindo a área de segurança pública, em especial a violência policial, Rafael, conta que várias vezes ouviu relatos de policiais sobre a bravura de um sargento da Polícia Militar, **Ronnie Lessa**, atualmente preso sob a acusação de matar a ex-vereadora carioca **Marielle Franco** e o seu motorista Anderson Gomes. “O Lessa era considerado uma lenda na corporação, um cara que

teve carreira meteórica, que foi de soldado a sargento em dois anos, o que aconteceu em razão dos muitos elogios, congratulações, gratificações por bravura, ou seja, a ficha dele era a de um robocop”, conta Rafael. “Mas quando comecei a apurar detalhadamente as ocorrências que alavancaram essa carreira meteórica, percebi que em todas elas havia suspeitas ou indícios de violações aos direitos humanos: tortura, execução, desvio de drogas ou armas; casos que não foram investigados como deveriam pela PM”.

Rafael Soares foi entrevistado pelos jornalistas **Sérgio Rondino** e **Eduardo Mattos** e pelo sociólogo **Túlio Kahn** no programa “Diálogos no Espaço Democrático” em dezembro de 2023. Esta é a íntegra daquela conversa, um retrato impressionante do fenômeno das milícias.

Boa leitura

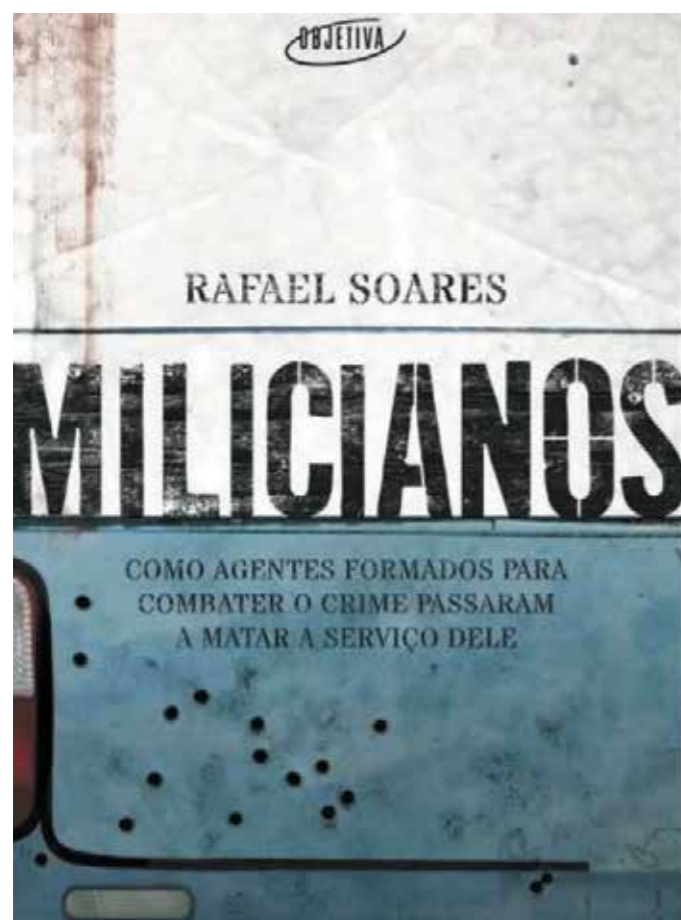
**Sérgio Rondino** - Começa agora mais um programa *Diálogos no Espaço Democrático*, que é a fundação para estudos e formação política do Partido Social Democrático, o PSD. Hoje nós vamos tratar de um tipo de organização criminosa que frequenta com assiduidade o noticiário policial, especialmente o do Rio de Janeiro. Eu me refiro às milícias. Sobre esse tema, vamos conversar com o jornalista **Rafael Soares**, que é repórter de *O Globo* e autor do livro *Milicianos*, fruto de longas pesquisas sobre o histórico e as circunstâncias políticas e sociais que deram origem a essas organizações. Rafael Soares, seja bem-vindo ao Espaço Democrático.

**Rafael Soares** - Para mim é uma honra, um prazer estar aqui falando do *Milicianos* com vocês. Depois de dois anos falando comigo mesmo sobre o livro, para mim é um prazer conversar com os outros. Eu gosto muito quando recebo convites e me esforço para participar. Obrigado.

**Sérgio Rondino** - Nós é que agradecemos pela gentileza de nos atender. Participam comigo deste diálogo o sociólogo e especialista em segurança pública **Tulio Kahn** e o jornalista **Eduardo Mattos**, colaborador, como todos nós aqui, do Espaço Democrático.

**Eduardo Mattos, Sérgio Rondino,  
Tulio Kahn, Rafael Soares**





Rafael, antes de entrar propriamente na questão das milícias, eu gostaria que você falasse especificamente sobre o livro e sobre você. Como é que você começou no jornalismo? Há quanto tempo está na reportagem policial? Como é que surgiu a ideia do livro?

**Rafael Soares** - As duas coisas se entrelaçam. Eu sou repórter de *O Globo* há 11 anos e durante todo esse período eu me dediquei a temas relacionados à segurança pública, mais especificamente à violência policial, que é a minha área de cobertura. E o livro surgiu em meados de 2020, de uma inquietação minha na cobertura diária de temas relacionados à segurança pública, mais especificamente no meio de um processo de apuração, na época, sobre o Ronnie Lessa, o então sargen-

to **Ronnie Lessa**, acusado de ser o executor do homicídio da vereadora **Marielle Franco**. Basicamente, eu estava me dedicando a uma apuração sobre ele, estava tentando entender como um policial como ele, que era conhecido no Rio de Janeiro como um herói da corporação, como esse cara tinha virado criminoso e como esses caras que eram considerados lendas na Polícia Militar tinham virado matadores de aluguel.

O meu método de apuração foi documental. Eu comecei a desarquivar os processos e pedir, via Lei de Acesso à Informação, sindicâncias internas, inquéritos policiais militares a que ele tinha respondido na época, quando estava na ativa na Polícia Militar. Enfim, comecei a fazer esse histórico da carreira dele. E o mais interessante desse histórico, que foi o que me chocou, é que ele foi



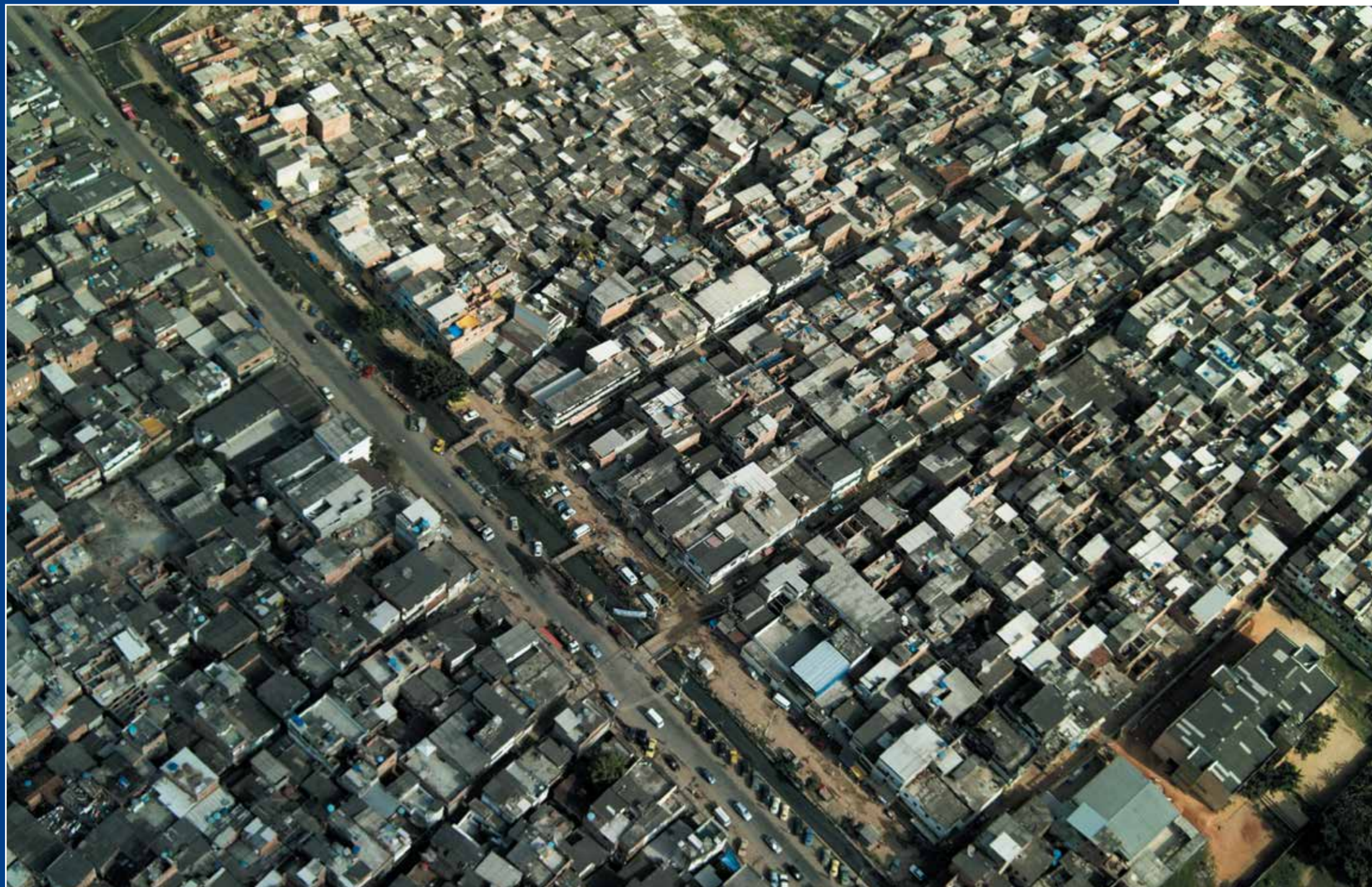
DEPOIS QUE FIZ O PODCAST *PISTOLEIROS* – UM TRABALHO SOBRE MATADORES DE ALUGUEL QUE VIROU PODCAST –, EM DEZEMBRO DE 2021, EU JÁ SABIA QUE QUERIA TRABALHAR COM ESSA RELAÇÃO ENTRE CRIME ORGANIZADO E POLÍCIA PARTINDO DO PONTO DO RONNIE LESSA. E AÍ PROPUS PARA A COMPANHIA DAS LETRAS, QUE ME CHAMOU PARA ESCREVER. DEPOIS DE DOIS ANOS DE PESQUISA, EU LANCEI *MILICIANOS*."

um policial de carreira meteórica. Basicamente, foi de soldado a sargento em dois anos. É algo muito difícil na Polícia Militar. Isso aconteceu justamente por conta dos diversos elogios, congratulações, promoções por bravura – na época existia a “gratificação faroeste” no Rio, a gratificação financeira para policiais que participavam de ocorrências, em que se denotava a bravura dos agentes, e muitas delas acabavam em morte.

Se você pegasse documentalmente a ficha dele na PM, era a ficha de um *Robocop*, de um grande herói. Só que, colocando lupa nessas ocorrências que geraram os elogios, as bonificações e essa carreira meteórica, todas tinham suspeitas ou indícios de violação de direitos humanos. Casos de tortura, indícios de execução, de desvio de drogas ou armas dos traficantes que foram mortos. E es-

ses casos, obviamente, não foram investigados a contento, acabaram arquivados. E essa investigação pobre, essa forma que a PM tem de tratar esses policiais, acabou levando a essa situação.

Essa foi uma inquietação minha naquela época. Porque o Lessa não era o único. Eu sabia. Ao longo da minha carreira tive acesso a várias histórias e me deparei com vários casos muito parecidos. E ali foi o início do processo de apuração do livro. Depois que fiz o podcast *Pistoleiros* – um trabalho sobre matadores de aluguel que virou podcast –, em dezembro de 2021, eu já sabia que queria trabalhar com essa relação entre crime organizado e polícia partindo do ponto do Ronnie Lessa. E aí propus para a Companhia das Letras, que me chamou para escrever. Depois de dois anos de pesquisa, eu lancei *Milicianos*.



RIO DAS PEDRAS

**Eduardo Mattos** - Rafael, como surgiram as milícias? Você consegue identificar quem foi o primeiro miliciano ou os primeiros milicianos?

**Rafael Soares** - Essa é uma pergunta interessante porque no Rio já houve vários nomes parecidos: Grupo de Extermínio, Esquadrão da Morte,

Escuderia Le Cocq... E todos faziam basicamente a mesma coisa, o extermínio de suspeitos. Isso começou na segunda metade do século passado. Só que não como milícia, o nome que a gente tem hoje. Mas esse tipo de organização criminosa que extrapola o conceito de extermínio de suspeitos e pressupõe uma organização maior, o domínio territorial com o domínio econômico sobre o território, a certidão de nascimento é Rio das Pedras. No livro, eu conto a história das milícias do Rio começando por Rio das Pedras e indo lá para Campo Grande. E a história dessas duas milícias é interessante. A de Rio das Pedras e a de Campo Grande, que é mais conhecida como Liga da Justiça, têm trajetórias um pouco diferentes, apesar de algumas similaridades entre si.

Em Rio das Pedras, a milícia começou sem policiais. Era formada inicialmente só por comerciantes. Basicamente, comerciantes, retirantes nordestinos que se instalaram em Rio das Pedras e Jacarepaguá, uma comunidade que fica na zona Oeste, mas em uma região mais próxima ao centro, então, uma localização privilegiada em relação ao restante da zona Oeste. E naquele momento histórico, final da década de 1980, meados da década de 1980, vivia um processo de aumento populacional por conta da expansão da cidade em direção à Baixada de Jacarepaguá. E Rio das Pedras, em si, era uma comunidade - o que hoje a gente chama de favela -, um amontoado, não uma favela. Eram moradias simples, mas que não tinham características de favela como a gente vê em morros do Rio. Só que havia uma questão: enquanto Jacarepaguá crescia, também crescia do lado de Rio das Pedras a Cidade de Deus, um conjunto habitacional que logo foi tomado pela maior facção do Rio, que naquele momento já começava a crescer e se desenvolver.

E o que aconteceu? Em Rio das Pedras, os comerciantes começaram a se organizar no entorno de uma associação de moradores para se proteger, uma espécie de autodefesa comunitária, e assim surgiu

a primeira milícia do Rio. Depois, no segundo momento, os policiais tomaram essa milícia. Mataram o Octacílio, comerciante que foi o primeiro chefe da milícia de Rio das Pedras; a esposa ficou no lugar dele, como presidente da associação de moradores, e também foi morta; e logo depois o Félix, um inspetor da Polícia Civil, acabou assumindo a milícia. A partir daí a história se desenvolveu.

Então, em Rio das Pedras, aconteceu isso, essa dominação de território, os moradores pagavam para a associação de moradores o que depois ficou conhecida como taxa de segurança, para se protegerem do tráfico de drogas. Mas depois a coisa se desenvolveu e a milícia passou a explorar outras atividades, como o gás, a gatonet, enfim, hoje isso chega numa dimensão muito maior.

**Sérgio Rondino** - Até imobiliária, né?

**Rafael Soares** - Em Rio das Pedras tem essa questão. A zona Oeste do Rio tem essa questão imobiliária muito forte. No final dos anos 1990, a partir de 1995, esse modelo começou a se espalhar para outras localidades, na Baixada Fluminense, mas em Campo Grande, especificamente, quem replicou o modelo foram duas lideranças também comunitárias, Jerônimo e Natalino, policiais civis, que passaram a incrementar um pouco essa ideia de milícia com a questão do transporte alternativo. Se vocês procurarem onde é Campo Grande no mapa do Rio entenderão que é um local longe do centro e com uma demanda de transporte que, historicamente, o Estado não conseguiu atender. Então, a milícia conseguiu usar essa omissão do Estado.

Algo que não é supérfluo para o morador de Campo Grande é o transporte. O morador precisa pagar para sair da sua casa e ir até o centro da cidade. Então, a milícia soube explorar isso e a milícia de Campo Grande, a Liga da Justiça, surgiu como a máfia das vans, era como a gente chamava essa milícia no iní-

cio. E, depois, esse dinheiro das vans acabou tornando a Liga da Justiça a maior milícia do Rio. A gente não chama mais de Liga da Justiça hoje, mas virou o modelo que a gente convencionou chamar de milícia, que foi também pioneira em expandir o rol de atividades e também se expandir geograficamente, saindo da zona Oeste, indo em direção à Baixada. Então, basicamente, a origem da milícia é essa.

**Tulio Kahn - Rafael**, esse fenômeno de ilegalidade da polícia não é típico só do Rio de Janeiro. Você mencionou esquadrões da morte, São Paulo tinha isso nos anos 1970 e hoje você tem ainda policiais no bico, trabalhando em empresas clandestinas de segurança, ocorre em todo lugar. Agora, no Rio você tem essa especificidade, isso que você chamou de modelo de milícia, vamos dizer assim, é o tipo ideal de milícia pela quantidade de participantes, pelo domínio territorial... Li uma reportagem sua em que você fala em pelo menos 43 tipos de atividade. Isso só existe no Rio de Janeiro, que eu saiba. Você tem alguma intuição, alguma hipótese, de por que esse mesmo modelo não surgiu em outros Estados? Se existe alguma coisa específica do Rio de Janeiro que contribui para essa formação?

**Rafael Soares** - Essa é uma pergunta interessante. Penso muito sobre isso porque uma das minhas demandas como repórter, no jornal, é justamente tentar entender o que acontece em outros Estados nesse sentido. Atualmente eu estou produzindo uma reportagem sobre milícias na Bahia, que é um Estado completamente diferente do Rio, mas onde, ao longo dos últimos anos, elas começaram a ser, com maior frequência, integradas por policiais.

A melhor pergunta não é por qual razão só existem milícias no Rio. Eu acho que a melhor pergunta é: por que o Rio chegou a esse estágio antes de todo mundo? E há uma série de motivos - históricos, sociais e geográficos, a milícia como fenômeno ur-

bano. Em outros Estados a gente tem milícias rurais relacionadas à questão de disputa de terras. Mas há alguns motivos para que essa estrutura - essa milícia urbana que tem como principal fonte de lucro a exploração da comunidade em que ela está inserida - começasse a existir no Rio no final dos anos 1980, começo dos anos 1990.

Primeiro: a história da polícia no Rio de Janeiro é um pouco diferente da história das polícias de outras partes do Brasil, principalmente sobre a participação dos agentes da repressão, da ditadura, depois da redemocratização. No Rio, no final dos anos 1980, início dos anos 1990, os agentes da repressão nessa área da segurança pública passaram a trabalhar em organizações criminosas, principalmente no Jogo do Bicho - esse foi um caminho fértil para esses agentes, um até acabou virando um dos capos do Jogo do Bicho no Rio, o capitão Guimarães. Essa estrutura já havia sido formada, esse caminho já era possível. E o Bicho também patrocinou, naquela mesma época, os Esquadrões da Morte que a gente comentou há pouco.

Então, já existia esse tipo de estrutura de quadrilha bem delineada e espalhada por várias regiões do Rio. Existia isso na Baixada Fluminense, em alguma medida em Niterói e São Gonçalo, existia isso também na zona Oeste do Rio. Patrocinado com o dinheiro do jogo ilegal.

Além disso, tem a característica geográfica do crime no Rio, né? Da geopolítica do crime no Rio. Principalmente nesse período de início das milícias. Havia facções do tráfico se espalhando pela cidade e se instalando especificamente em morros, em locais de geografia acidentada, próximos ao centro da cidade.

E existia o sentimento social... Primeiro, o tráfico estava muito próximo às pessoas que viviam ali, pessoas de classe média. Por outro lado, a violência armada do tráfico de drogas assustava essa população e acabava tornando mais fácil essa espécie de

autodefesa nascer. O que foi diferente, por exemplo, em outros lugares do Brasil. O crime organizado, as facções do tráfico, começaram a se espalhar muito mais pelas periferias do Rio de Janeiro.

Por fim, acho que tem uma característica da segurança pública do Rio. A gente tem um processo muito grande de permanência da ditadura no período da redemocratização. Eu não conseguiria fazer muitos paralelos com outros Estados, mas no Rio a gente teve, nos anos 1990, quatro ou cinco governadores diferentes e quase todos os secretários de Segurança, inclusive nos governos de esquerda, eram generais do Exército. Então, o Rio sempre teve essa cultura muito militarizada de segurança pública. E isso, mesmo com a redemocratização, não mudou.

Acho que foi por isso que a gente chegou mais rápido nesse estágio. Eu não estou dizendo que todos os outros Estados vão chegar até onde o Rio está. Óbvio que não. Mas o que eu quero dizer é que podem, se repetirem a fórmula que deu errado aqui. A permanência de integrantes da ditadura na redemocratização, aqui no Rio, é uma característica, um traço muito marcante nas políticas de segurança. Daí a letalidade policial. A política de segurança do Rio sempre teve uma ligação muito grande com o confronto nas operações policiais, uma relação intrínseca com a letalidade policial.

Agora temos a Bahia, que ultrapassou o Rio, mas ao longo de 20 anos, quase duas décadas, o Rio esteve na dianteira dos homicídios provocados pela polícia no País. Então, esse é um modelo de segurança pública que aqui tem uma característica muito marcante relacionada à letalidade, relacionada ao extermínio dos criminosos, que é um sentimento que leva à criação das milícias.

Portanto, a gente tem um longo histórico de erros na condução da política de segurança, que levaram à criação das milícias e que eu acho que não se repetiram em outros Estados.

**Sérgio Rondino** - Rafael, nós fizemos recentemente, aqui no Espaço Democrático, uma entrevista sobre a letalidade policial. O entrevistado foi o coronel **José Vicente da Silva Filho**, não sei se você conhece. E ele foi muito claro em relação à explicação da violência policial no Rio de Janeiro. Para ele, em grande parte, ela se deve à má formação dos policiais militares.

**Eduardo Mattos** - Rafael, há pouco você fez um breve resumo da biografia do Ronnie Lessa. E no livro você detalha como ele era uma estrela na polícia do Rio, que fazia parte daquela patrulha policial chamada Patamo 500, que virou uma lenda na corporação. Na sua percepção, como um herói desse tamanho, uma estrela policial, vira bandido?

**Rafael Soares** - Essa é uma questão que está no cerne do livro. Porque a pergunta é assim: como é que esse cara, enquanto policial, vestindo farda, pode ou pôde ser considerado um herói, né? E herói para quem? De que forma?

O que acontece com a carreira do Lessa é que as ocorrências que o levaram a ser um policial chamado de herói pelos seus pares foram ocorrências com resultado de morte, e não só ocorrências com resultado de morte em que ele exerceu a legítima defesa da maneira que a lei prevê. Muito pelo contrário. São ocorrências em que existem indícios claros de violações de direitos humanos dos mais diversos e que não foram investigadas internamente pela corporação.

E isso é um outro ponto que a gente pode falar um pouco depois, um ponto que está na origem desse problema, a questão da correção policial, do controle externo, que aqui no Rio também, historicamente, é um problema. Mas, enfim, o fato é que, no caso dele, essas ocorrências nunca geraram nenhum tipo de punição. Às vezes, até geravam processos judiciais. Ele foi réu por alguns desses crimes, respondeu à Justiça e acabou absolvido depois.



FAVELA DA ROCINHA

Muitas vezes, as denúncias chegavam dez anos depois do crime acontecer, as testemunhas já tinham morrido, desaparecido... Enfim, há vários casos e no livro eu relato com detalhamento essas histórias. Mas o fato é que o Estado, na época, sabia, de certa maneira, ou tinha como saber, que havia algo errado com aquela Patamo, com aqueles caras. Era a

Patamo que tinha o Lessa como comandado e o coronel Cláudio, hoje condenado pelo homicídio da juíza **Patrícia Acioli**, na mesma viatura. Dois policiais que depois de passarem carreiras inteiras na Polícia Militar acabaram indo integrar o crime organizado.

No caso do Lessa, eu ouvi muito a palavra herói para se referir a ele ao longo da minha carreira; eu

cansei de ouvir, muito antes do crime da Marielle. Eu não comecei a ouvir sobre o Lessa depois que a Marielle foi morta ou depois que ele foi preso. O Lessa trabalhou na Polícia Civil durante muitos anos, e quando você entrava numa delegacia, os policiais falavam: "Pô, o cara em operação não tinha melhor, você tinha que ver o que ele fazia no Alemão". Eram

coisas contadas com orgulho por pessoas que já tinham trabalhado com ele.

Aconteceu é que a política de segurança pública do Estado - e eu não estou falando sobre um governo especificamente, não, porque eu acredito que o Rio não tenha variado muito na sua estratégia de política de segurança pública ao longo dos últimos 30 anos - deu a faca e o queijo na mão para o Lessa, que virou um criminoso. O Estado formou Lessa para isso. Esse é o ponto de partida do livro.

E como isso foi feito? Fechando os olhos para os crimes que ele cometia e incentivando o sujeito a cometer crimes. Porque se você elogia, promove, enfim, se os policiais que são tratados como heróis, são os policiais que têm a carreira do Lessa... Esses são os policiais que a polícia vê como modelo. E aí dá para entender, enfim, por que essa política de segurança dá errado.

**Sérgio Rondino** - Existe um censo das milícias no Rio? Quantos são os milicianos? Quantas pessoas elas mobilizam?

**Rafael Soares** - Essa pergunta é interessante. Eu já tentei fazer isso algumas vezes. E vou fazer isso. É um projeto que a gente está desenvolvendo no jornal, de trabalhar com as informações do Ministério Público para catalogar as milícias do Rio. Mas hoje a gente não tem o número preciso, até porque o momento atual é muito complicado para fazer isso. Porque é um momento de fragmentação das milícias. No livro eu até proponho essa análise histórica das milícias - eu divido em três momentos: a primeira fase é a policial; depois a gente chega na fase de expansão, em que a milícia passa a mimetizar o tráfico, em que ex-trafficantes acabam chegando ao comando da Liga da Justiça; e, enfim, depois da morte do Ecko (*Wellington da Silva Braga, morto em junho de 2021*), o momento atual, o da fragmentação. Os acordos tornaram possível

essa expansão da milícia pelo Estado, acordos bilaterais. A milícia de Campo Grande, fazendo acordos com líderes locais, a maioria deles policiais - "eu te empresto homens e armas, você cuida da milícia localmente e paga para mim depois". Basicamente foi assim que a milícia se expandiu pela Baixada Fluminense e pelo Estado.

E esses acordos, depois da morte do Ecko, que era o grande fiador, o cara que promoveu essa unificação da milícia do Rio no entorno dele. Isso acabou e a gente está num momento de guerra interna da milícia, em que vários grupos vão surgindo.

Para falar em geografia, o que eu acho mais fácil para entender, é pegar o mapa do Rio. A milícia começa em Campo Grande, Jacarepaguá, Santa Cruz. E bairros vizinhos também, praticamente a zona Oeste inteira. A milícia vai para a zona Norte, em bairros próximos da Praça Seca, Quintino, Cascadura, e sobe para a Baixada Fluminense, pegando nove municípios e chegando até a Costa Verde. Então, sai ali de Santa Cruz, vai para a esquerda, para Itaguaí, sobe para Nova Iguaçu, para Seropédica, para Queimados, Caxias, Belford Roxo e chega lá no final da Baixada Fluminense, a Mangaratiba, e depois a Angra dos Reis. Isso sem contar do outro lado da ponte: São Gonçalo, Niterói e Maricá.

Há também grupos um pouco menos organizados, que eu ainda não chamaria de milícia, mas que tem características mais próximas a grupos de extermínio, também na Região dos Lagos, principalmente Saquarema e Rio das Ostras. Mas por conta da distância esses grupos não se organizaram e não se desenvolveram como as milícias do outro lado da ponte Rio-Niterói. Mas essa questão do censo das milícias eu espero que fique pronta até o fim do ano que vem, é no que a gente vai trabalhar no jornal.

Eu me irrito um pouco com a cobertura das milícias porque se fala muito na milícia do Rio, e não é a milícia do Rio; o Rio tem as milícias. São mais de 100 grupos de milícias, dá para falar com tranquilidade.

E essas milícias têm muito a ver com características locais. Por exemplo, Nova Iguaçu, hoje, tem pelo menos cinco, seis grupos de milícias diferentes.

**Eduardo Mattos** - Rafael, desculpe, qual é a população - o Túlio comentou o dado do Fogo Cruzado - qual é a população que está submetida a essas milícias?

**Rafael Soares** - Hoje, o Fogo Cruzado fala em algo em torno de, se eu não me engano, quatro ou cinco milhões de habitantes, alguma coisa nesse sentido, mas eu não sei ao certo. Muita gente. Se a gente pensa no mapa do Rio... pega a zona Oeste, que é a região que concentra proporcionalmente a maior população da capital, a Baixada Fluminense - hoje dá para dizer com tranquilidade que todos os municípios da Baixada Fluminense têm organizações, o que dá para chamar de milícia ou grupos de extermínio já mais organizados, inclusive municípios onde não se fala muito nisso, como Mesquita e Nilópolis, e também São Gonçalo, que é o município mais populoso do Rio, fora a capital. E aí é interessante a gente falar que enquanto o tráfico tem o domínio geográfico circunscrito às favelas, o controle das milícias se espalha pelos bairros, e não é um controle 100% armado, você não tem que passar por uma barricada para chegar numa área de milícia. É um controle muito mais fluido, você consegue dominar áreas muito mais amplas.

Isso, em Nova Iguaçu, fica claro. A milícia domina praticamente o município inteiro, e são várias milícias. Você passa de um bairro para outro e é um outro grupo.

**Tulio Kahn** - Rafael, eu sou da academia e a gente gosta de evidências robustas. Eu já ouvi muito essa história de que a segurança pública do Rio protege as milícias em detrimento do tráfico - por afinidade ideológica, por corrupção, enfim, pelos mais

diversos motivos. Então, eles fariam mais operações em áreas do tráfico, inclusive para enfraquecer o tráfico e facilitar depois a entrada da milícia. Enfim, tem uma série de teorias aí, mas objetivamente, alguém já quantificou isso, já fez um levantamento mais científico? Se realmente não é aleatório onde a polícia do Rio atua?

**Rafael Soares** - A gente tem um debate interessante sobre como a lógica das operações policiais poderia, de alguma maneira, afetar as milícias. O domínio das milícias é um pouco diferente do domínio do tráfico. É o que eu falei: não há um domínio armado. A operação clássica, modelo Bope do Rio, com caveirão, fuzil e tiroteio, esse tipo de operação de domínio de favela, como eles fazem no Rio, torna a resposta do Estado até mais cômoda: "Olha, eu dou combate, mas as milícias dão um combate diferente". É literalmente assim que eles respondem, mas isso é fato, operações policiais em áreas de tráfico são muito mais frequentes, em número muito maior do que em áreas de milícias. Algumas reportagens mostraram isso.

No ano retrasado foi publicada uma reportagem grande do UOL que mostrou isso. A gente, no jornal O Globo também já fez reportagem mostrando isso, mas, enfim, são grupos criminosos organizados que são diferentes, e também acho que precisam ser tratados de formas diferentes. E aí vem a pergunta: como combater a milícia? E qual é o arcabouço administrativo-burocrático que o Estado tem para fazer frente a esse fenômeno, que é o maior fenômeno da área de segurança pública do Rio de Janeiro, inevitavelmente, nos últimos 20 anos?

Assim, em tese, era para eu estar falando aqui, num mundo ideal, que ao longo desses 20 anos, e depois da CPI das Milícias, que foi há 15 anos, em 2008, o Estado, por conta desse novo ator na área, mudou a forma de combater. Deveria estar criando novas delegacias, investindo na área de correção





policia, criando órgãos de controle... Eu queria estar aqui dizendo que a gente tem delegacias na zona Oeste, delegacias na Baixada, delegacias em São Gonçalo e litoral, também especializadas no combate às milícias; que a gente tem, falando de formação, policiais civis formados também para o combate às milícias; que a gente tem policiais militares também formados na área de contrainteligência para traba-

lhar fazendo o controle de seus próprios agentes; um investimento grande em correção, na corregedoria interna, mais fortalecida, e com uma corregedoria externa também fortalecida. Mas nada disso existe.

O que aconteceu nos últimos 20 anos foi que todos esses órgãos de controle, tanto relacionados ao controle externo da atividade policial, quanto internamente, falando também do Ministério Pú-

blico e outros órgãos de inteligência do Estado... todos eles foram esvaziados. É simples assim. Há 10 anos, por exemplo, existia uma corregedoria geral unificada que trabalhava em processos administrativos fora das polícias. Não existe mais. Existia uma subsecretaria de inteligência criada pelo ex-secretário de Segurança Pública do Rio José Mariano Beltrame, que queria ter um cartório para investigar as polícias. Ele criou uma subsecretaria de inteligência, que ele não queria chamar de subsecretaria de contrainteligência, mas era basicamente isso o que ela fazia na época, investigar as polícias. Não existe mais. Agora a promessa é que volte a existir. Com a volta da Secretaria de Segurança. Nem a Secretaria de Segurança a gente tinha, passou a não ter por dois anos.

Milícias, tráfico, facções do tráfico são investigados por quase todas as delegacias de polícia civil. As delegacias distritais investigam tráfico de drogas. Se você tem uma delegacia da minha área, você tem uma favela, eu investigo o tráfico da minha área. Então, tem mais de 100 delegacias no Rio, mais de 100 delegacias investigando facções de tráfico. Enquanto tem uma delegacia que investiga milícias, que é a Draco (*Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado*). Se você for na 35ª Delegacia de Polícia, que é a delegacia de Campo Grande, e perguntar quantos inquéritos investigando a milícia local eles têm, você vai ter a resposta. O combate à milícia por delegacias distritais não existe. De certa maneira, aqui no Rio as delegacias distritais se tornaram muito mais de acervo cartorário do que de investigação policial. Mas, enfim, esse é outro assunto.

O que eu quero dizer é que nunca houve de fato o combate às milícias no Rio, e eu não estou falando só do governo atual, não. O primeiro grande diagnóstico feito das milícias foi a CPI, em 2008. Então, era de se esperar que após 2008 a gente tivesse um incremento nessa área de combate às milícias.

Isso não aconteceu. Por outro lado, e é sobre isso que me debruço no último capítulo do livro, dá para dizer hoje, com tranquilidade e com um acervo probatório vasto - isso está exposto no livro -, que as forças policiais contribuíram para o avanço das milícias pelo Estado. Tanto participando de invasões, policiais fardados participando de invasões das milícias à comunidade de tráfico. Isso aconteceu em comunidades que eram dominadas pelo tráfico. Isso aconteceu em vários municípios. Não estou falando de um ou dois, não. Isso aconteceu em Santa Cruz, na zona Norte do Rio. Tem investigações sobre isso, e eu exponho no livro. Isso aconteceu em Itaguaí e eu também exponho no livro. Isso está documentado em inquéritos policiais.

E também há um outro ponto. Esse avanço das milícias não foi considerado um ponto de atenção para os batalhões locais, para as delegacias, para perceber para onde a milícia estava se expandindo, muito pelo contrário. O que esse avanço gerou administrativamente para esses batalhões foram premiações no sistema de metas. Porque a milícia entra no município e no primeiro momento os homicídios aumentam, porque você tem a guerra, tráfico versus milícia, e no segundo momento os homicídios caem. E os batalhões ganharam. O batalhão de Santa Cruz, o 27º batalhão, ganhou durante semestres seguidos como o melhor batalhão do Estado, o batalhão que mais metas bateu, enquanto a milícia estava se expandindo e invadindo favelas denominadas pelo tráfico dentro da sua área.

Então, isso é uma amostra de como o olhar do Estado para esse fenômeno nunca foi objeto de interesse, de atenção. Por isso a gente vê essa situação de fracasso. E por isso também a gente viu essa expansão nos últimos anos.

**Sérgio Rondino** - Dado que o tempo já está no limite, eu abro para você, Rafael, espaço para um comentário final.

**Rafael Soares** - Apesar do nome, *Milicianos*, o livro não é só sobre milícias. É uma tentativa de falar sobre polícia e crime, sobre como a gente chegou nessa situação. Sobre como uma política de segurança de seguidos governos, que sempre apostou no confronto, acabou levando à formação de criminosos. O nome do livro é *Milicianos* justamente porque, antes da milícia ganhar esse nome, inclusive por conta de uma reportagem no jornal O Globo, no início dos anos 2000, era muito comum, em processos relacionados à violência policial, processos judiciais relacionados à violência policial, os policiais serem chamados de milicianos. Então, por isso eu escolhi chamar o livro assim.

Mas o que eu quis mostrar, muito mais do que essa questão dos agentes policiais formando milícias, é como essa política de segurança acabou armando e dando mão de obra para o crime organizado como um todo: facções do tráfico, quadrilhas de traficantes de armas, o jogo do bicho, enfim... Eu levei ao livro uma conversa que tive com o antropólogo, cientista político e escritor **Luiz Eduardo Soares**, ainda no processo de apuração. Principalmente depois do filme *Tropa de Elite* a população passou a ver a polícia, o trabalho policial, de outra forma. Em tese, existiriam dois tipos de policiais, e no *Tropa de Elite* isso fica muito claro. O policial que mata e o policial corrupto. O policial que mata é o caveira, o policial do Bope, que é o cara que é incorruptível, mas é truculento, violento. E do outro lado haveria a polícia corrupta, aquela polícia que não funciona. A polícia das viaturas, do sujeito que tira material da viatura para colocar no próprio carro, enfim... Só que, no fundo, no fundo, na verdade isso não existe. Essa divisão não existe. A polícia que mata é a polícia que corrompe. Esses dois fenômenos formam um ciclo, porque o policial

que é autorizado a matar também é autorizado, no fim, a escolher não fazer. E escolher trocar a vida por dinheiro. E aí esse fenômeno gera o ciclo de impunidade e de corrupção.

Então, esse foi o raciocínio que me levou até o livro. É esse raciocínio que leva à formação de policiais como o Lessa, como o Adriano, como o Batoré, como todos esses outros personagens que eu explorei. Então, fica o convite para quem se interessa pelo tema. É um livro-reportagem. Eu sou repórter, então eu não me arvorei a fazer muitas análises. É um trabalho muito mais de escavar para tentar tirar informações novas, para tentar fazer uma linha do tempo com a vida desses personagens, para que a gente consiga sair ali dos anos 1990, com a gratificação faroeste, e chegar até hoje com a expansão das milícias. Eu vou considerar este livro concluído se ele ao menos gerar o debate sobre as forças policiais. Que a gente comece a pensar nas polícias não como a solução, mas primeiro como um problema. E, a partir desse momento, quando a gente começa a pensar nas polícias como um problema, que a gente possa começar a pensar em soluções. É isso.

**Sérgio Rondino** - Rafael Soares, repórter especial do jornal *O Globo*, muito obrigado pela sua participação aqui. Eu tenho certeza de que o seu livro vai dar uma contribuição para a análise desse fenômeno que está em expansão, perigosamente em expansão, e cuja solução, cujo enfrentamento é uma coisa complexa que exigiria um outro programa como esse inteiro, só para discutirmos eventuais políticas públicas de enfrentamento. Muito obrigado mais uma vez. Obrigado, Eduardo. Obrigado, Túlio. E obrigado a você que acompanhou esse programa até aqui. Até o próximo **Diálogos no Espaço Democrático**.



<p>Presidente <b>Alfredo Cotait Neto</b></p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política <b>Raimundo Colombo</b></p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais <b>Vilmar Rocha</b></p> <p>Secretária <b>Ivani Boscolo</b></p> <p>Diretor Superintendente <b>João Francisco Aprá</b></p>	<p><b>Conselho Consultivo</b></p> <p>Presidente <b>Guilherme Afif Domingos</b></p> <p>Conselheiros <b>Alda Marco Antonio</b> <b>André de Paula</b> <b>Cláudio Lembo</b> <b>Omar Aziz</b> <b>Otto Alencar</b> <b>Rafael Greca</b> <b>Ricardo Patah</b></p>	<p><b>Conselho Superior de Orientação</b></p> <p>Presidente <b>Gilberto Kassab</b></p> <p>Conselheiros <b>Antonio Brito</b> <b>Carlos Massa Ratinho Junior</b> <b>Eduardo Braide</b> <b>Eduardo Paes</b> <b>Fuad Noman</b> <b>Guilherme Campos</b> <b>Letícia Boll Vargas</b> <b>Rodrigo Pacheco</b> <b>Samuel Hanan</b> <b>Topazio Silveira Neto</b></p>
---	---	---

**diálogos no espaço democrático** - Coleção 2024 - AS MILÍCIAS DO RIO DE JANEIRO  
**ESPAÇO DEMOCRÁTICO** - Site: [www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br) Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD) Twitter: [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)  
 Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)  
 Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum com Shutterstock



[www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br)